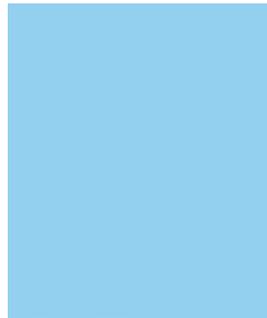


CHAPA

2023 - 2025



APRESENTAÇÃO

Colegas Advogadas e Advogados da União, estamos nos encaminhando para o fim de mais uma gestão na ANAUNI.

E como é praxe acontecer a cada dois anos, caberá aos associados, efetivos detentores do poder no âmbito desta entidade de classe, eleger por meio do voto a diretoria que os representará na condução dos rumos da nossa estimada associação pelo próximo biênio.

A atual Diretoria, com mandato iniciado em março de 2021, tem enfrentado com relativo êxito inúmeros desafios, vindos tanto da AGU como de outras esferas. No Congresso Nacional, logrou, em esforço conjunto com outras associações, frear a PEC 32/2020 (que trata da Reforma Administrativa). Teve ainda atuação fundamental no âmbito do Grupo de Trabalho criado na Câmara dos Deputados com o pretense objetivo de “aperfeiçoar” a AGU, mas cuja pauta contém apenas projetos com potencial para minar prerrogativas da carreira.

Na seara administrativa, logrou destravar os concursos de promoção, paralisados desde o semestre de 2019.2, tendo impulsionado a realização, em 2022, de dois certames, referentes aos dois semestres de 2020. Também atuou intensamente para o desfecho favorável do processo de promoção da primeira turma de Advogados da União, que já durava quase 20 anos e, ao fim, culminou no reconhecimento do direito titularizado pelos colegas de 1996, com a publicação, no início de dezembro, das portarias revisando suas vidas funcionais. Por fim, também batalhou de forma prioritária para que fosse publicado, ainda em 2022, o edital do concurso de ingresso para a carreira de Advogado da União, que não era realizado desde 2015-2016.

Superou também diversas dificuldades decorrentes da pandemia de Covid-19, tornando possível a realização, novamente em formato presencial, do XXII Enau, que representou o tão aguardado reencontro dos colegas, após mais de dois anos de distanciamento social.

Criou o Comitê de Diversidade e Inclusão da ANAUNI – colegiado que conta com a participação de integrantes da Diretoria e de outros associados –, responsável por impulsionar pautas inclusivas na AGU e, mediante parceria com organismos correlatos, em outros ambientes do Poder Público. Elaborou o Diagnóstico de Saúde Mental dos Advogados da União, documento que servirá de base para outras iniciativas da associação visando à obtenção das condições necessárias de trabalho para os membros da AGU.

Promoveu ainda a atualização do estatuto da entidade, cuja reforma encontra-se submetida a votação por Assembleia-Geral Extraordinária, entre várias outras atuações.

No intuito de dar continuidade à atuação, mas com a certeza de que ainda há inúmeros avanços a serem obtidos, apresentamos a chapa IDENTIDADE, ESTRUTURAÇÃO, VALORIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES: CONSTRUINDO A AGU QUE O BRASIL MERECE. A equipe conta com integrantes da atual Diretoria, mas receberá o reforço de outros colegas com histórico de engajamento associativo e institucional, dos mais diversos concursos, lotados em Brasília e em distintas localidades, em órgãos de direção superior e de execução, do consultivo e do contencioso, igualmente capazes de contribuir para o engrandecimento da nossa carreira. Isso por acreditarmos que pessoas com diferentes visões de mundo e de AGU possuem mais condições de, juntas, debaterem e decidirem – contando sempre com a participação dos associados – as ações da associação visando à promoção dos interesses da carreira e ao aperfeiçoamento da nossa instituição.

Pautados pelos objetivos principais de fortalecer a carreira e de seguir construindo uma associação para todos os Advogados da União, apresentamos a seguir propostas que, caso eleita para o biênio 2023-2025, a chapa adotará como prioritárias, algumas delas em continuidade ao trabalho desempenhado pela atual Diretoria:

NOVO CONCURSO DE INGRESSO

Trabalhar, junto à nova gestão da AGU, para o provimento, por meio do concurso de ingresso recém-lançado, do maior número possível de cargos vagos na carreira de Advogado da União, que já se aproximam dos 700 (mais de um quarto do total de cargos na carreira), a fim de amenizar o problema de déficit de pessoal face ao crescente volume de trabalho.

CONTINUIDADE DOS CONCURSOS DE PROMOÇÃO

Atuar junto à AGU para regularizar e retomar a periodicidade dos concursos de promoção, que já contabilizam três edições em atraso, bem como pela revisão da norma que proíbe a promoção automática quando o Advogado permanece por cinco anos na mesma categoria.

REAJUSTE DE SUBSÍDIOS

Atuar junto à Administração Pública Federal para a concessão de reajuste do subsídio e demais vantagens pecuniárias percebidas pela carreira, a exemplo do que ocorreu com integrantes e servidores dos Poderes Judiciário e Legislativo e demais Funções Essenciais à Justiça, como forma de reposição das perdas inflacionárias sofridas nos últimos anos seis anos.

AUTONOMIA DA AGU

Retomar a luta, perante o Governo Federal e o Congresso Nacional, pela obtenção da autonomia administrativa, orçamentária e financeira da AGU, observando as características próprias da instituição, a fim de sanar disparidade existente com as demais Funções Essenciais à Justiça.

CARREIRA DE APOIO

Intensificar a luta pela regulamentação e estruturação de uma carreira de apoio administrativo da AGU, com o objetivo de auxiliar os membros no desempenho de suas atribuições e na realização de tarefas administrativas.

REVOGAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS PREJUDICIAIS À CARREIRA

Trabalhar junto à nova gestão da AGU no sentido de revogar atos da Administração anterior que atentam contra as atribuições e prerrogativas dos Advogados da União, a exemplo do Decreto nº 11.174/2022 (que, ao pretender dispor sobre a estrutura e funcionamento da AGU, viola em diversos pontos a LC 73/93), da Resolução CG-AGU nº 08/2022 (que define indicadores de desempenho e metas individuais para membros da AGU baseando-se em critérios injustos) e de dispositivos da Portaria Normativa AGU nº 75/2022 (que ao tratar da estrutura e funcionamento do Núcleo Especializado em Arbitragem, abre espaço, principalmente em seus arts. 4º e 26, para a usurpação de atribuições exclusivas dos Advogados da União).

COMITÊ DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Manter e aperfeiçoar a bem-sucedida iniciativa do Comitê de Diversidade e Inclusão da ANAUNI, ampliando sua visibilidade e atuação perante a AGU e outros órgãos e instituições públicas, inclusive trabalhando pela implementação de organismo, na AGU, responsável pela diversificação dos perfis de colegas ocupantes de funções estratégicas na instituição.

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

A partir de reforma no estatuto, ora submetida a votação em Assembleia-Geral Extraordinária, criar na associação categoria de associados para contemplar familiares de colegas falecidos e Diretoria específica para cuidar dos interesses de aposentados e pensionistas.

MODERNIZAÇÃO DAS DELEGACIAS ESTADUAIS

Também por meio da reforma no estatuto, adaptar as representações da associação nos estados à realidade do trabalho remoto, possibilitando assim que colegas residentes em uma unidade da federação e lotado em outra opte por qual delas pretende se vincular. Também no que pertine às delegacias, atualizar o valor do repasse da verba de representação, prejudicado pela alta inflação dos últimos anos.

SAÚDE MENTAL E BEM-ESTAR DOS MEMBROS

A partir dos dados constantes do Diagnóstico de Saúde Mental dos Advogados da União, realizado pela associação, pleitear perante a Advocacia-Geral da União o constante aperfeiçoamento das condições de trabalho e a promoção de ações que promovam o bem-estar e a saúde mental dos membros da instituição. Entre elas, a estruturação, na SGA, de órgão específico com essa atribuição. Seguir coletando e compilando outros dados sobre problemas administrativos e condições de trabalho nos diversos órgãos de lotação e exercício dos Advogados da União, no Distrito Federal e nas demais unidades da federação. Atuar junto ao Advogado-Geral da União, à Procuradoria-Geral da União, à Consultoria-Geral da União, à Corregedoria-Geral da Advocacia da União e à Secretaria-Geral de Administração da AGU, entre outros órgãos, na busca por sanar carências estruturais em unidades consultivas e contenciosas da instituição.

PLANO DE SAÚDE

Buscar alternativas de convênios, a fim de ofertar melhores condições de assistência suplementar à saúde dos membros da carreira e suas famílias.

CONSOLIDAÇÃO DA COMENDA SAULO RAMOS

Consolidar a Comenda Saulo Ramos, por meio da realização de sua terceira edição, reconhecendo o trabalho desempenhado pelos parlamentares em defesa das pautas caras à Advocacia Pública no ano de 2022.

APRIMORAMENTO DOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Potencializar a comunicação entre Diretoria e associados, no sentido de ampliar a divulgação das ações da ANAUNI nos meios de comunicação e em suas redes sociais e facilitar a participação dos membros da carreira no cotidiano associativo; bem como a divulgação da associação e da carreira de Advogado da União perante a sociedade, por meio do aprimoramento da interface com veículos de comunicação.

DEMOCRACIA ASSOCIATIVA

Prosseguir com a política de democratização e pluralidade da gestão, promovendo reuniões regulares – físicas ou telepresenciais – entre os Diretores da ANAUNI, para debater as ações a serem desenvolvidas pela entidade, bem como encontros entre os Delegados Estaduais, visando a aproximar a diretoria das questões e valores locais, inserindo-os nas discussões dos mais importantes temas de interesse da carreira e da instituição. E principalmente, prosseguir na política de submissão das questões mais sensíveis à apreciação dos associados em todo o País, através da convocação de assembleias presenciais ou telepresenciais e enquetes virtuais.

EXCLUSIVIDADE DAS ATRIBUIÇÕES

Seguir atuando junto à Administração da AGU, bem como aos Poderes Legislativo e Judiciário, para garantir a exclusividade das atribuições da carreira de Advogado da União, especialmente nas Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios e Órgãos de Direção Superior da AGU. Prosseguir no questionamento dos atos que materializam a subordinação administrativa de órgãos da AGU ao Poder Executivo Federal, a fim de distanciar a instituição de uma advocacia de governo e fortalecer a prática de uma advocacia de Estado.

PRERROGATIVAS

Adotar medidas judiciais e extrajudiciais objetivando garantir as prerrogativas da carreira de Advogado da União em sua atuação consultiva e contenciosa. Veicular manifestações públicas, em defesa das prerrogativas profissionais de Advogados da União de

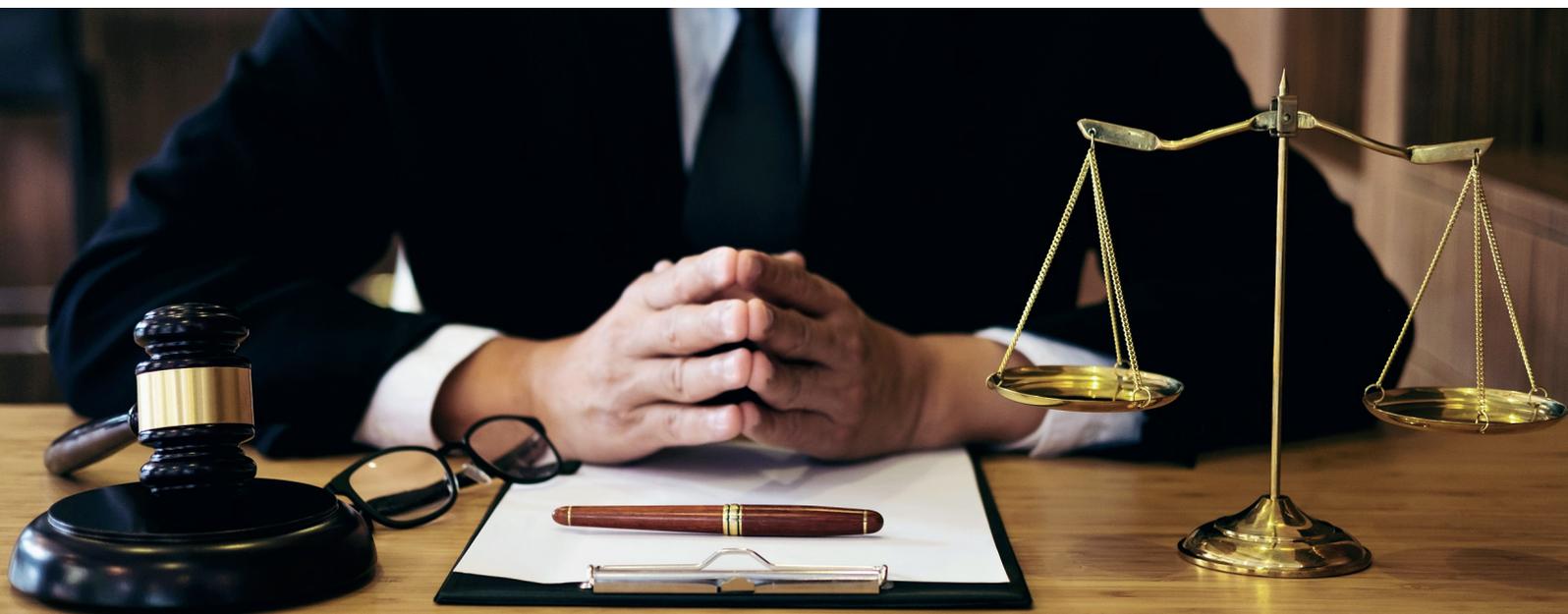
várias unidades da AGU. Participar de Grupos de Trabalho instituídos no âmbito da Advocacia-Geral da União, que visem a debater aspectos referentes às prerrogativas e à organização das carreiras da instituição.

PARCERIAS COM OUTRAS ENTIDADES DE CLASSE

Buscar parcerias com outras entidades associativas, especialmente da Advocacia Pública, nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, em prol de interesses efetivamente comuns, sem perder a autonomia de nossa associação. Seguir buscando a ampliação da participação da carreira e da própria associação em atividades desenvolvidas pelo Conselho Federal e pelos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil.

ATUAÇÃO JURÍDICA

Ajuizamento de ações e adoção de demais medidas jurídicas necessárias à preservação da carreira de Advogado da União e à exclusividade de suas atribuições. Acompanhamento especial de ações prioritárias de interesse da carreira já em curso. Estudo de outras ações de interesse profissional e econômico dos Advogados da União. Oferta de assistência jurídica aos associados, em ações judiciais ou processos administrativos que decorram do desempenho da atividade de Advogado da União.



CHAPA **IDENTIDADE, ESTRUTURAÇÃO, VALORIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES** CONSTRUINDO A AGU QUE O BRASIL MERECE

Clóvis dos Santos Andrade
Presidente

Tobias Moratto Teixeira
Vice-Presidente

Quesia Maria Mendes Neiva
Secretária-Geral

Gustavo Vicente
Daher Montes
Secretário-Geral Adjunto

Ciro Carvalho Miranda
Diretor Financeiro

Caio Alexandre Wolff
Diretor Financeiro Adjunto

Max Casado de Melo
Diretor Administrativo

Dalvani Luzia Propodoski
Rocha Vieira Jank
Diretora Administrativa
Adjunta

Fernando Mizerski
Diretor Jurídico

Sérgio Eduardo
Freire Miranda
Diretor Jurídico Adjunto

Cil Farne Guimarães
Diretor de Atividades
Legislativas

Rafael Monteiro
de Castro Nascimento
Diretor de Atividades
Legislativas Adjunto

Danilo Barbosa de Santanna
Diretor de Comunicação

Priscila Gonçalves
de Oliveira
Diretora de Comunicação
Adjunta

Katerine Keit Guimarães
Fonseca Faria
Diretora Social

Flávia do Espírito
Santo Batista
Diretora Social Adjunta
Social Adjunta